



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

ATA Nº 2/2012 - SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOZE. Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e doze, no Centro Escolar da Freguesia de Alvares, reuniu a Assembleia Municipal pelas dezoito horas com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. APROVAÇÃO DA ATA Nº5/2011 e Nº1/2012**
- 2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**
- 4. TABELAS DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS/ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA/2012**
- 5. DEBATE SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA (PROPOSTA DE LEI Nº44/XII)**
- 6. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA**

Estavam presentes os senhores:

Presidente: Dr. José António Pereira de Carvalho (PS)

1º Secretário: Jaime Miguel Fernandes Garcia (PS)

2º Secretário: Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata (PS)

Vogais:

Partido Socialista (PS) – Antonino dos Prazeres Antunes, José Rodrigues, Manuel Martins dos Santos, Dr. Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, Drª. Sílvia Maria Gonçalves Fernandes Santos.

Partido Social Democrata (PSD) – Engº José Henriques Antunes, Justino Geraldês, Drª. Maria do Céu Simões Alves, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Pedro Miguel da Conceição Agostinho, Victor Manuel Nogueira Dias.

Presidentes das Juntas de Freguesia de:

Alvares - Enfº Victor de Jesus Marques (PS)

Colmeal - Carlos da Conceição de Jesus (PS)

Góis - Alberto Jorge Alves dos Reis (PS)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Vila Nova do Ceira - António José Madeira Gouveia (PSD)

Faltas: Ana Cristina Garcia Cunha e Santos (CDU) e Casimiro Alves Vicente (PSD)

Da Câmara Municipal registou-se a presença da senhora Presidente, Dr^a. Maria de Lurdes Oliveira Castanheira e dos Vereadores Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Dr. Mário Barata Garcia, Eng^o Diamantino Jorge Simões Garcia e D. Maria Helena Antunes Barata Moniz.

Antes do início da reunião da Assembleia Municipal, o senhor Presidente deu conhecimento da falta da senhora Ana Cristina Garcia Cunha e Santos e do senhor Casimiro Alves Vicente considerando-se as mesmas justificadas.

Prosseguiu, propondo à Assembleia Municipal a atribuição de um voto de pesar pelo falecimento do autarca Armindo dos Anjos Neves, manifestando a toda família o profundo pesar, proposta que foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente apresentou saudações aos presentes, congratulando-se por esta Assembleia Municipal decorrer na freguesia de Alvares, tendo o público presente a oportunidade de apresentar as considerações que entendam que sejam pertinentes para o bem estar da sua freguesia.

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº5/2011 e Nº1/2012 - O senhor Presidente Assembleia Municipal deu a palavra aos membros dos Grupos Municipais para se pronunciarem relativamente à Ata nº5/2011.

Interveio o senhor deputado Pedro Agostinho que desejava ter visto explanada na Ata em aprovação a sua opinião sobre o assunto dos nadadores/salvadores. Contudo mencionou o seu agrado pela melhoria da redacção das Atas.

Posta à votação a Ata nº5/2011 foi aprovada por unanimidade.

Em virtude de não haver qualquer intervenção relativa à Ata nº1/2012, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada por maioria com dezassete votos a favor e uma abstenção do senhor deputado Alberto Jorge Reis, uma vez que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

não esteve presente na reunião da Assembleia Municipal realizada em 31.01.12 por motivos de doença.

2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos presentes da correspondência remetida a este órgão desde a reunião de 28.12.2011 até à presente data. Deu também conhecimento, de um requerimento solicitado pelo Grupo Municipal do PSD relativo a um pedido de esclarecimento pelos senhores Vereadores do PSD a uma despesa realizada pelo orçamento da Assembleia Municipal e da resposta ao mesmo.

De igual modo, deu conhecimento integral do documento resultante da Ação Inspectiva ocorrida no Município de Góis, para que não suscitasse quaisquer dúvidas, sendo que o mesmo oportunamente será remetido aos senhores deputados.

3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - Relativamente a este ponto o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos deputados para se pronunciarem.

Interveio o senhor deputado Vítor Marques, que em nome da Junta de Freguesia de Alvares agradeceu a todos os que tornaram possível a realização desta Assembleia na freguesia de Alvares, a todas as pessoas presentes, ao Executivo do Município, a todos os Deputados da Assembleia Municipal e em especial ao senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Carvalho, que desde logo se disponibilizou para levar a cabo esta iniciativa, demonstrando uma atitude de coragem e sensibilidade para com todos os alvarenses, que desta forma, têm oportunidade local de poderem participar nos trabalhos desta assembleia, bem como, oportunidade para expressarem ao Executivo Municipal os seus problemas/necessidades, dirigindo um bem-haja a todos.

Prosseguiu, informando de que tem sido solicitada à Junta de Freguesia a limpeza de estradas e estradões florestais pelo que solicitou a intervenção da Câmara Municipal nos trabalhos de limpeza. Alertou ainda, para a urgência de demolição de um imóvel sito em Alvares junto da Igreja Matriz, o qual está a por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

em perigo a circulação de pessoas e bens. Por último propôs, a atribuição de um Voto de Pesar ao senhor Horácio Miguel de Chã de Alvares.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação o Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade, sendo que posteriormente será remetida comunicação à família.

Usou da palavra o senhor deputado José Henriques Antunes, iniciando a sua intervenção cumprimentando o senhor Presidente e elementos da mesa da Assembleia Municipal, o Executivo na Pessoa da senhora Presidente do Município, os deputados das bancadas do PS e PSD, público e comunicação social, deixando uma palavra de apreço ao senhor Presidente da Junta de Freguesia Alvares pela maneira afável com que acolheu os deputados da Assembleia Municipal.

Seguidamente questionou a senhora Presidente da Câmara Municipal se o Município de Góis já equacionou alguma estratégia relativamente à possível falta de água, tanto de consumo humano, como de proteção à floresta durante a época estival.

Usou da palavra o senhor deputado Paulo Silva congratulando-se pela realização da Assembleia Municipal em Alvares e com a presença de elevado número de cidadãos.

Prosseguiu, dando ênfase às obras implementadas e previstas para a freguesia de Alvares: conclusão do Centro Escolar de Alvares, pavimentação na freguesia, requalificação da rede de águas na Simantorta, Circular Externa de Cortes, infra-estruturas de apoio à Praia Fluvial de Alvares, Parque de Lazer de Cortes, o apoio à requalificação do quartel da 4ª secção dos Bombeiros e a parceria com a Junta de Freguesia na manutenção e limpeza das vias públicas.

Salientou ainda, a visita do Executivo à freguesia de Alvares no dia 28 de Janeiro de 2012 e o jantar de trabalho com empresários da freguesia. Deve ser louvada a presença e o empenho destes agentes e a forma como decorreu toda a iniciativa.

Ao nível concelhio valorizou a resolução final do processo da Quinta do Baião, com o arquivamento do processo. Mencionou ainda, a sua curiosidade pelo tema com que o PSD irá arranjar para atacar as pessoas que pugnam pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

desenvolvimento de Góis. Valorizou ainda, os projectos de requalificação da Biblioteca Municipal, da Praça da República e do Largo do Adro de Vila Nova do Ceira, assim como, a parceria assinada com a Adeptoliva para a realização de um curso de nível secundário em Góis. Reafirmou, que sem dúvida que a Câmara Municipal tem um papel fundamental no incentivo da economia local e combate à desertificação, mas todos os cidadãos, instituições e empresas não se podem alhear deste processo e devem contribuir também para o desenvolvimento do concelho.

Prosseguiu, referindo que temos um governo que perante um sector estratégico como o turismo cria três medidas perfeitamente calamitosas: aumento em 10% do iva da restauração, taxamento de portagens nas SCUT e suspensão de feriados e pontes, que permitiam o fomento da economia local com o consumo privado dos portugueses. Mais referiu, que este governo do corte do PSD/PP está empenhado em destruir o nosso país, mas 'nós em Góis mostraremos que somos fortes e que continuaremos a lutar pelo desenvolvimento do nosso concelho, porque somos socialistas e acreditamos nas pessoas em primeiro lugar!'

Interveio o senhor deputado Pedro Agostinho que iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo a presença do público nesta Assembleia Municipal.

Seguidamente fez menção a dois despachos dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – Gabinetes dos Secretários de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e das Florestas e Desenvolvimento Rural publicados no Diário da República do dia 15.02.12, os quais plasmam “a *Declaração de imprescindível utilidade pública – abate de todos os sobreiros, jovens e adultos, em cerca de 1,4 ha de povoamento daquela espécie, situados entre os quilómetros 9+650 e 9+850 do traçado da via – medidas compensatórias: arborização, com sobreiro, em cerca de 2,26 ha de terrenos, com condições edafo-climáticas adequadas, localizados no Perímetro Florestal de Góis, sob gestão da AFN – objetivo: realização de obras do Lote 4.2 (Avelar Sul/Avelar Norte) do IC3 (Tomar/Coimbra*”, bem como “*Declaração de imprescindível utilidade pública – abate de 81 sobreiros adultos e 3942 jovens, em cerca de 6,26 ha de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

povoamentos daquela espécie, situados ao longo da via – medidas compensatórias: arborização, com sobreiro, de 6,26 ha de terrenos, com condições edafo-climáticas adequadas, localizados no Perímetro Florestal de Góis, sob gestão da AFN – objetivo: obra de construção dos Sublotes 2.2 e 2.3, do Lote 2 (Avelar Norte/Condeixa), do IC3 (Tomar/Coimbra), tendo mencionado ter ficado satisfeito que o povoamento da citada espécie recai sobre o concelho de Góis, apoiando esta medida, no sentido que irá repercutir-se em rendimento e produtividade para o concelho de Góis. Por último, referiu que a ASCENDI traz para Góis sobreiros de forma a penitenciar-se da EN 342 que ficou pela “intenção”. De seguida, solicitou informação à senhora Presidente da Câmara Municipal sobre os referidos despachos.

Continuou, propondo que a Câmara Municipal apresentasse uma candidatura da Pedra Letreira a Monumento Nacional, monumento da freguesia de Alvares, sendo esta uma maneira de preservar o património existente, até porque a Pedra Letreira é a memória mais longínqua da história do nosso concelho.

De seguida, fez alusão à baixa taxa de natalidade verificada no concelho no ano de 2010, tendo-se verificado que uma maior taxa de mortalidade, pelo que é urgente que o Município de Góis tome algumas medidas por forma a criar alguns incentivos de fixação no concelho da população mais jovem, uma vez que se tem verificado, nomeadamente na freguesia de Alvares o êxodo das faixas mais novas para outros concelhos limítrofes.

Por último, solicitou resposta a um requerimento que foi entregue na reunião da Assembleia Municipal de 28. 12.11.

Usou da palavra o senhor Jaime Garcia, que após cumprimentar os presentes, congratulou-se pela descentralização desta Assembleia Municipal, uma vez que esta iniciativa está diretamente relacionada com o interesse público e com as responsabilidades do Município na prática de cidadania ativa no sentido de os munícipes poderem intervir na vida pública. Constata-se uma forte afluência de público nesta assembleia, pelo que este deve aproveitar a oportunidade para apresentar todas as questões que entender e que sejam pertinentes para o bem estar da população residente nesta freguesia. Mencionou ainda, o facto de um dos assuntos em análise nesta Assembleia Municipal ser a reforma administrativa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

numa das freguesias que já foi sede do concelho, tendo de seguida apresentado uma breve caracterização da mesma aos vários níveis, desde educação, ação social, empreendedorismo, cultura, juventude, solidariedade, sem esquecer a dinâmica e o papel imprescindível e valioso das comissões e associações regionalistas em prol do desenvolvimento desta freguesia. Referiu ainda o empenho demonstrado pela população local em diversas ações que dizem respeito à sua freguesia, nutrindo o verdadeiro sentimento de 'ser Goicense' e de quem vive de e para o concelho, tendo sido disso testemunho a recente "presidência aberta" que decorreu nesta freguesia, em que a massa empresarial, autarcas e alguns munícipes se associaram à iniciativa colaborando e expondo os problemas que desejariam ver resolvidos na sua freguesia.

De seguida, alertou para o facto de muitas das vezes se "transferirem" algumas culpas à Câmara Municipal pelo insucesso de alguns investimentos, alertando que este Executivo estará sempre ao lado dos munícipes, sendo certo que há factores exteriores à gestão da Câmara Municipal que contribuem decisivamente para que alguns investimentos ou projetos não venham a ser concretizados, tendo apresentado como exemplo o caso da EN342 ou da EN2 entre outros, que seriam alavancadores para o crescimento e desenvolvimento deste concelho e de toda a região.

Por último, mencionou a sua apreensão sobre a questão da TDT, uma vez que considera que se trata de um processo demasiado frágil e que se não for bem conduzido e explicado comportará prejuízos para as populações. Alertou para o facto de no dia 26.04.12 ser encerrada a transmissão analógica, ficando unicamente a digital a funcionar, sendo preocupante o facto de existirem localidades do concelho que não irão beneficiar deste serviço, uma vez que não haverá captação de sinal para o efeito, por estarmos num território montanhoso. Terminou a sua intervenção questionando a Câmara sobre ponto de situação deste processo.

Interveio o senhor deputado Victor Dias que dirigiu os seus cumprimentos à Assembleia Municipal e Executivo, tendo referido que não o fez ao público presente e a comunicação social, uma vez que todos já o conhecem uma vez que já é autarca há muitos anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Seguidamente fez menção a algumas obras que foram objecto de intervenção de alguns deputados, nomeadamente do PS, tendo referido que maioritariamente essas obras foram lançadas pela anterior vereação, cujos vereadores presentemente se encontram ao serviço do Executivo eleitos pelo PSD. Manifestou ainda, o seu desagrado pelo facto de algumas intervenções serem manifestamente atos de propaganda eleitoral.

Referiu ainda, que uma das competências da Assembleia Municipal segundo o seu regimento é a de acompanhar (...) *“empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado”*, pelo que questionou da veracidade da dissolução da Empresa Nature Sanus.

Por último, questionou sobre as dívidas da Câmara Municipal às empresas EDP e Águas do Mondego.

Interveio o senhor deputado Antonino Antunes que após saudar os presentes e congratular-se pela realização da Assembleia Municipal na sua freguesia, apelou para a necessidade de limpeza de algumas estradas na freguesia, nomeadamente em Cortes desde o Escaldado ao cemitério, bem como, alguns estradões florestais, alertando ainda para o estado visível de degradação de habitações em Alvares, Cortes e Chã de Alvares, tendo para o efeito dado a localização destas. Seguidamente, apelou para a questão da TDT, processo que além de ser moroso, dificilmente será implementado no seu pleno, lamentado o modo como este foi conduzido na freguesia pela Entidade competente, uma vez cerca de 70% da população não terá acesso à captação do sinal. Mais referiu, ser do seu conhecimento a existência de Municípios que colocaram retransmissores nos até então existentes para que toda a população pudesse beneficiar da TDT, pelo que seria oportuno a Câmara Municipal intervir neste processo.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções dos senhores deputados tendo dado a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

A senhora Presidente da Câmara Municipal cumprimentou os presentes congratulando-se pela realização desta Assembleia Municipal na Freguesia de Alvares.

Relativamente à informação prestada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal no que concerne à Ação Inspectiva ocorrida no Município de Góis e à parte onde é referido a omissão de informação informou para que não suscitem quaisquer dúvidas que essa questão vem exarada na Ata do Executivo.

Quanto à limpeza de estradas e estradões florestais informou que é uma preocupação da Câmara Municipal, informando que no mês de dezembro foi solicitado ao senhor Comandante Operacional Municipal juntamente com o senhor José Nunes e a senhora Eng^a Susana Moita que fizessem um levantamento exaustivo de todas as necessidades nesta matéria no concelho de Góis, inclusivamente foi solicitada a participação de Municípes, autarcas e residentes desta freguesia, esperando que este levantamento corresponda na realidade e às verdadeiras necessidades. Referiu ainda, que recentemente em deslocação às Estevianas foi um dos assuntos mencionados por alguns moradores esperando que os estradões desta povoação façam parte do levantamento ora falado. Mais referiu que sobre este assunto, deveria ser do conhecimento de todos que anualmente é aprovado um Plano de Emergência de Proteção Civil onde todos os Presidente de Junta e demais entidades estão presentes uma vez que fazem parte dessa Comissão.

No que concerne à questão da casa em avançado estado de degradação, referiu que de facto há um perigo eminente nesta casa em Alvares e na de Cortes, informando que o Município de Góis irá finalmente intervir depois de muitas notificações feitas à proprietária estando em situação de proceder à respectiva demolição, uma vez que estão constituídos todos os requisitos legais para o efeito. Quanto à preocupação do senhor deputado José Henriques informou que o Município de Góis está atento a esta situação e, tal como o ministério competente não tem ainda qualquer Plano também o Município não tem. Contudo, partilha da preocupação do senhor deputado uma vez que se avizinha ainda um período mais quente e que teremos que estar atentos a eventuais situações de calamidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Relativamente à questão do senhor líder de bancada do PSD, relativa ao povoamento de sobreiros no concelho de Góis, referiu que teve conhecimento da mesma através da comunicação social e que de facto a Câmara Municipal não recebeu qualquer comunicação nesse sentido. No que concerne à EN342 e ao facto de mais uma vez esta obra ficar somente por papel não é seguramente da responsabilidade da Câmara Municipal de Góis, mas sim dos sucessivos governos que estiveram à frente dos destinos do País ao qual o atual também não é alheio. Sobre a Pedra Letreira, referiu ficar muito satisfeita pela preocupação, informando que Centro de Referência da Memória Goiana que irá ter um espaço dedicado à Pedra Letreira, uma vez que este monumento natural faz parte da história e da memória de Góis. Acrescentou, que tratando-se de um património classificado de interesse público, nenhum organismo poderá intervir no mesmo sem que seja dada ordem do IGESPAR.

No que concerne à taxa de natalidade e de mortalidade verificada no concelho, referiu que temos que perceber a realidade onde estamos inseridos, explicando alguns incentivos que o Executivo aprovou para que a fixação dos jovens no concelho seja uma realidade, tendo dado como exemplo a publicação nesta data em Diário da República do reforço do subsídio em 500€ por nascimento, não havendo limite de idade para a atribuição do mesmo.

Relativamente à questão de residência, referiu que cada um é livre de escolher o lugar onde prefere residir, estando o Município de Góis atento também a esta questão.

Quanto à questão do requerimento, informou não ser do seu conhecimento, mas quando estiver na sua posse obviamente que terá o maior gosto de dar respostas às questões apresentadas.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Jaime Garcia agradeceu as suas palavras de solidariedade. Informando que quanto à questão da TDT é também uma grande preocupação do Município, patente nas Atas do Executivo e no trabalho executado por trabalhadores na Autarquia no sentido de prestarem informação a todos os munícipes, nomeadamente à população mais idosa. Informou ainda, do trabalho realizado nesse sentido e de algumas medidas tomadas pela Câmara Municipal. Terminou, referiu que este processo é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

da inteira responsabilidade da ANACOM e da PTC a quem foi adjudicada os serviços, estando a Câmara Municipal disponível para colaboração neste processo.

Relativamente à questão apresentada pelo senhor autarca Victor Dias em relação à Nature-Sanus, informou que será um assunto previamente do conhecimento do Executivo e posteriormente serão prestados os devidos esclarecimentos a esta Assembleia Municipal.

Quanto à dívida do Município à EDP e à Empresa Águas do Mondego, informou que o Município de Góis tem as contas em dia.

4. TABELAS DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS/ATUALIZAÇÃO

ORDINÁRIA/2012 - Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 27.12.2011 relativa Atualização Ordinária às Tabelas de Taxas e Outras Receitas Municipais/2012, tendo o Executivo deliberado por unanimidade manter os valores relativos às taxas municipais para o ano de 2012.

Usou da palavra o senhor deputado Paulo Silva congratulando-se pela manutenção das taxas municipais, não reflectindo nas taxas o valor da inflação. A par destas a redução do IRS, IMI e isenção de derrama são factores de promoção da fixação das pessoas em Góis. Referiu ainda, que o município pode não ter filhos para aumentar a taxa de natalidade, mas pode e é o que faz apoiar quem os têm no sentido de permanecerem em Góis e de fixar novos habitantes.

Usou da palavra o senhor deputado Pedro Agostinho referindo ser de bom senso o Município de Góis manter o valor das taxas municipais, uma vez que a conjuntura anual é propícia para que se tomem estas medidas em detrimento das receitas que o Município pode auferir. Considerando ainda, que é muito mais sensata esta medida do que a de teimar, ano após ano, em manter as taxas provenientes do IMI e outros impostos municipais em valores quase residuais.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que em reunião onde esteve presente o senhor Secretário de Estado Dr. Paulo Júlio, o qual alertou para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

o facto que no futuro a decisão de isenção de taxas e receitas irá deixar de ser uma competência dos Municípios e respetivas Assembleias Municipais.

Posto à votação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade ratificar a deliberação tomada pelo Executivo em 27.12.2011.

5. DEBATE SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA (PROPOSTA DE LEI Nº44/XII)

– O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que considerando que, a Proposta de Lei nº 44/XII – Reorganização Administrativa Territorial Autárquica – que substituiu o Documento Verde, foi aprovada em Conselho de Ministros a 3 de fevereiro de 2012 e discutida e aprovada na generalidade pela maioria em sede de Assembleia da República a 2 de Março, terá esta Assembleia Municipal que se pronunciar sobre este documento, pelo que deu a palavra aos senhores deputados para se pronunciarem sobre o mesmo.

Interveio o senhor deputado Paulo Silva referindo que este documento “não visa uma redução da despesa pública...” questionando o que é que visa; para que serve esta reforma; pode fazer sentido a reorganização de juntas urbanas, mas nas rurais e de serra e qual o real custo desta reorganização administrativa.

Mais referiu, que o Partido Socialista defende em alternativa a associação de freguesias rurais, garantindo assim o ganho em escala, mas mantendo a identidade e independência das autarquias locais. Aliás não será a fusão de freguesias proposta pelo PSD inconstitucional, questionou. Questionando, o que dizer sobre a trapalhada do conselho de aldeia. São propostas típicas do PSD. Primeiro decide e depois é que operacionaliza critérios em funções dos resultados finais que pretende obter.

Relativamente à majoração dos orçamentos, referiu que o próprio estado já não cumpre com as suas obrigações e ainda pretende aumentar o orçamento das freguesias unidas e atribuir mais competências, questionou, inclusive competências de licenciamentos.

Defende o documento a necessidade de aproximar a nova freguesia às populações mais distantes, tendo questionado como o pretende fazer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

O Grupo Municipal do Partido Socialista defende a manutenção do actual quadro administrativo de Góis e a manutenção das freguesias rurais como é a posição do Partido Socialista nacional e do seu líder José Seguro. Temos a certeza que o município tudo fará para decidir de forma correta sobre esta matéria, promovendo o debate com os cidadãos, as colectividades e as juntas de freguesia do nosso concelho. Acrescentou, que sobre esta matéria a concelhia de Góis do Partido Socialista promoveu no passado dia 22 de Fevereiro um jantar-debate sobre o tema com o Dr. António Rochete, iniciativa com que nos congratulamos. Quem acusa o PS de Góis de nada fazer e de não ter estratégia, respondemos: nós fizemos, nós debatemos, venha agora a posição do PSD de Góis sobre esta matéria. Acompanha o PSD nacional ou defende os interesses de Góis, questionou.

Continuou, realçando a iniciativa do líder do PS, José Seguro, com as Jornadas em defesa do interior debatendo e identificando as reais condições de sustentabilidade e desenvolvimento do interior que irão culminar no dia 3 de Março com a conferência Nacional em defesa do interior em Castelo Branco onde a questão da reorganização administrativa será um dos temas. Ao contrário o governo decide e impõe. Esta é a diferença entre o PS e o PSD. Terminou referindo que devemos lutar até ao fim pela manutenção das freguesias do concelho. Se por algum motivo não for possível, então que seja o governo o responsável pela extinção de freguesias no nosso concelho.

Interveio o senhor deputado Pedro Agostinho iniciando a sua intervenção mencionando que estamos numa freguesia que foi sede de concelho até ao dia 24.10.1855, extinto, por decreto, sendo obvio nesta sala não se recorda do se passou naquela altura, será que foram dadas hipóteses de promover o debate, questionou, será que foi dada a hipótese à população de expressar a sua opinião, facto que dúvida. Será que Alvares teve hipótese de pensar num plano B em 1855, questionou.

Continuou, referindo que esta reforma resulta de uma das imposições da troika que o PS e que assinou, mas quis o destino que fosse o PSD enquanto governo a pôr em prática esta medida e fê-lo de forma a que fosse promovido o debate pois foram criados parâmetros e critérios no Livro Verde que depois foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

reajustados com a proposta de lei. Em Góis a expectativa desta Assembleia Municipal é manter as cinco freguesias mas não se sabe, uma hipótese que temos de ter em conta é o facto de termos de aglomerar duas das nossas freguesias, pelo menos é esse o entendimento de "Lisboa" através dos contactos que realizou com o Gabinete de Secretário de Estado e do Ministro, senos não o fizermos Lisboa fará por nós e pelo rumo que estamos a ter parece que vamos recuar a 1855.

Acrescentou, que participou nas Assembleias de freguesia das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, assim como, estará sempre presente quando for convidado, ouviu as declarações dos deputados sobre este assunto tendo sido convidado *in loco* a expressar a sua opinião sobre o mesmo, lamentado o facto do GMPS e não ter estado presente, comentámos a posição da freguesia de Cadafaz dizer que não à extinção mas que se fosse agregada então que fosse com Góis, demovemos o Executivo da freguesia de Cadafaz a não mencionar essa pretensão na sua moção a apresentar nesta Assembleia Municipal e depois ainda ouviu o que os senhores deputados do PS falaram acerca da votação na freguesia de Vila Nova do Ceira, onde andavam os senhores por acaso foram ao local falar com os autarcas e populações, questionou. Se não foram não devem na sua opinião tecer esses comentários. O tempo é de união mas é usual na bancada do PS usar os autarcas do PSD para desculpar a pouca confiança que têm neles próprios. Se quiserem exemplos eu dou o que se passou em relação ao Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz que foi impedido de defender a honra em plena Assembleia Municipal, os comentários que forma tecidos em sede de Assembleia Municipal no que diz respeito ao Executivo da freguesia de Vila Nova do Ceira.

Usou da palavra o senhor deputado José Rodrigues lembrou o senhor deputado Pedro Agostinho, que no ano de 1855 ainda não havia democracia, alertando ainda, que não é correto que o senhor deputado fale dos elementos da Assembleia de Freguesia de Vila Nova do Ceira quando estes não estão presentes.

Usou da palavra o senhor deputado José Henriques Antunes referindo que estamos perante um assunto que nos dias de hoje e face a compromissos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

outros definiram e nós assumimos, vamos ter de os por em prática. Mais referiu, que já esta Assembleia Municipal tratou este assunto de um modo sectário, não vamos continuar com o mesmo rumo, temos de ter coragem para enfrentar e aprofundar o problema. A reorganização administrativa tem de ser feita e como vivemos em democracia, teremos de ser nós a tratar dos problemas, a democracia não é só de direitos esquecendo os deveres. Teremos de propor um debate com toda a população, sobre a reorganização das freguesias e porque não sobre o concelho. Este é o momento certo para sermos nós, que conhecedores do território, o que melhor serve as populações que querem continuar a manter vivo este espaço, “no qual tem a honra e orgulho de éter nascido”. Uma coisa é certa, vamos ter de reduzir o número de freguesias das cinco para as quatro. Neste momento não interessa saber quem desaparece, o importante é discutir entre todos como se vai lá chegar.

Interveio a senhora deputada Maria do Céu Alves tendo referido que a reforma administrativa é uma questão irreversível, apesar do documento verde estar ultrapassado estamos perante outro documento que nos impõe a redução de pelo menos uma freguesia, embora seja um sentimento comum a não extinção das mesmas no nosso concelho, pelo que sobre este assunto não vale a pena “remar contra a maré”, porque se não formos nós a decidir essa decisão recairá sobre outros que a tomarão sem terem em conta a realidade deste território, por isso termos que estar unidos nesta decisão e decidir qual a melhor resposta que podemos dar futuramente às gentes do nosso concelho. Referiu que acredita que é uma reforma necessária, fruto de um conjunto de situações que obrigam a que agora estejamos a discutir lamentavelmente este assunto.

Interveio o senhor Vítor Marques informando que relativamente à reforma administrativa local, a Junta de Freguesia Alvares mantém a sua decisão da Assembleia do passado dia 16 de dezembro. Continuou, referindo, que as Juntas de Freguesias estão intimamente ligadas com a história, a identidade e a cultura das populações que representam, tendo também um papel preponderante nas dinâmicas locais. Referindo ainda, que as assimetrias entre as freguesias ditas rurais e as citadinas são enormes, começando pelas acessibilidades, e acabando no papel desempenhado pelo presidente de uma junta rural que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

reveste de uma importância vital para as populações no sentido de ser o principal interlocutor das suas necessidades/dificuldades, ou seja, representa a defesa e a voz dos munícipes junto das instituições democráticas. Mais referiu, que a imposição governamental de acabar com as juntas de forma geométrica, conduziu à morte anunciada do documento verde, e passou a batata quente para os municípios, que agora tem a responsabilidade de fazerem a reforma sobre pena de esta ser imposta nos mesmos moldes do documento verde, que em meu entender não está morto mas apenas moribundo. Se alguns municípios podem ganhar com esta mudança, uma vez que na iminência de perderem 5 ou mais freguesias, podem desta forma optar pelas que mais lhe convém, Góis não, uma vez que, na iminência de ter que o fazer, a opção recairia quase de certeza, nas anunciadas pelo documento verde, assim, não deve em meu entender, o município ficar com o ónus da culpa. Acrescentou que devemos então manter a luta pela manutenção das atuais cinco freguesias e deixar a decisão final para a recém-criada comissão técnica para a reforma autárquica. Seguidamente, expressou o seu total apoio ao colega Carlos Jesus, pela sua luta sem tréguas pela defesa intransigente da manutenção das atuais 5 freguesias. A Junta de Freguesia de Alvares manifesta desde já todo o seu apoio a todas as Juntas, em especial à do Cadafaz e Colmeal pelo facto de apresentarem um risco elevado de acabarem enquanto juntas. Situação que eventualmente pode acontecer à Junta de Freguesia da Alvares se continuar a perder pessoas todos os dias como ultimamente tem acontecido. No entanto expressou que se tiverem que se agregar, não será com certeza motivo para baixar os braços, as aldeias serão as mesmas e as pessoas também. O Homem mede-se pela sua capacidade de ultrapassar obstáculos e não de os evitar. Ser o último, nem sempre significa desprestígio. E não o será com certeza para o Carlos Jesus nem para o Casimiro Vicente. Um bem-haja a todos.

Interveio o senhor deputado Jaime Garcia tendo referido que à cerca de um mês a Assembleia Municipal reuniu para discutir a reforma administrativa tendo em conta as directrizes plasmadas naquilo que era o Documento Verde, tendo este Órgão deliberado por unanimidade manter as cinco freguesias do concelho, decisão baseada em fundamentação válida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Presentemente, referiu estarmos perante uma proposta de lei que pouco diverge do documento anterior, tendo que ser tomada nova posição tendo como base diferentes critérios e estratégias para a extinção de freguesias, sem que sejam consideradas as realidades das populações e o papel fundamental das freguesias inseridas em contexto rural, que são de facto uma mais valia na prestação de serviços às populações, reafirmando o seu papel insubstituível. Acrescentou que esta medida é uma imposição da troika para redução de custos financeiros, sem ter em consideração zonas rurais em que os custos sociais serão muito maiores e sobretudo com efeitos irreversivelmente mais gravosos do que os supostos gastos com a manutenção e funcionamento, pelo que o concelho de Góis deverá manter a sua posição em relação a esta medida.

Interveio o senhor deputado António Gouveia, iniciando a sua intervenção saudando a mesa da Assembleia Municipal, Executivo, Forças Políticas e Público. Seguidamente, referiu estar apreensivo a este novo documento, o qual de igual modo, não teve em consideração as diferenças reais entre zonas urbanas e zonas rurais, pelo que é seu entendimento se há custos que devem ser reduzidos, devem justamente começar pela administração central e em áreas urbanas em que na mesma rua se verifica a existência de mais do que uma freguesia, fruto de uma má gestão territorial. Considera que a existência de freguesias em áreas rurais e nomeadamente no concelho de Góis se devem manter, uma vez que as mesmas dinamizam e prestam serviços aos munícipes que ali residem, referindo ainda, que a extinção de freguesias no nosso território irá contribuir para um maior êxodo rural, bem como para uma maior assimetria entre o interior e o litoral.

Por último, e para que não suscitem quaisquer dúvidas leu a posição tomada em Assembleia de Freguesia de Vila Nova do Ceira, relativa ao documento verde.

Interveio o senhor deputado Carlos Jesus que sobre este assunto a sua posição continuará a ser a mesma, uma vez que apesar do documento verde ter sido substituído, pelo presente documento objeto desta discussão em nada muda o que previram para o nosso território. Acrescentou, que esta proposta de lei apareceu devido à pressão que a ANAFRE fez junto do Governo e à sua tomada de decisão sobre esta problemática que a todos diz respeito e que merece o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

empenho das populações defesa contra a extinção das freguesias. Reafirmou as suas palavras de continuarmos unidos nas decisões a tomar sobre esta problemática que se se vier a concretizar a “régua esquadro” no nosso território em muito contribuirá para uma maior desertificação do território de montanha. Por último, apelou aos Presidentes de Junta para que com as suas populações estejam presentes sempre que haja uma manifestação relativa à extinção de freguesias, porque só num espírito de união e de solidariedade é que podemos defender as nossas convicções.

Usou da palavra o senhor Victor Dias, referiu que a posição da Assembleia Municipal sobre este assunto deverá continuar a ser a mesma a do concelho de Góis continuar com as cinco freguesias, porque se elas foram constituídas no passado não foi ao acaso, mas sim pela necessidade da sua existência e apoio às populações.

Usou da palavra a senhora deputada Sílvia Santos, que após cumprimentar os presentes, mencionou a sua opinião a qual concorda com a reorganização territorial mas não do concelho de Góis, mas sim nos grandes aglomerados, em que os custos são bem mais superiores aos custos que as freguesias do concelho de Góis desencadeiam, pelo que urge a união de todos para um melhor tratamento e solução neste processo.

Interveio o senhor deputado Paulo Silva referindo que esta Assembleia Municipal é unânime na continuidade das cinco freguesias existentes no concelho. Esclareceu que o GMPS não esteve presente na Assembleia de Freguesia de Vila Nova do Ceira onde se discutiu a Reforma Administrativa Local, uma vez que há mesma hora decorria a Assembleia Municipal em Góis.

Interveio o senhor deputado Pedro Agostinho, que referiu para que não suscitem quaisquer dúvidas em relação à presença do PSD nas várias reuniões sobre o Documento Verde, comunicou que o PSD esteve presente nas Assembleias de Freguesia de Colmeal e Cadafaz, tendo manifestado a posição do PSD em relação à extinção de freguesias, lembrando de não ter visto o líder do PS nestas duas reuniões.

Usou da palavra a senhora deputada Maria do Céu Alves que referiu se hoje a Assembleia Municipal está a discutir a reorganização das freguesias concelhias,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

tudo indica que futuramente haverá fortes probabilidades de se discutir a reorganização dos concelhos.

6. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA - Sobre o presente assunto o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos senhores líderes de bancada para se pronunciarem, não tendo estes realizado qualquer intervenção.

APROVAÇÕES EM MINUTA: Ponto 4.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usou da palavra o senhor Silvino Simões Martins, residente em Góis, que após cumprimentar todos, em nome do PSD agradeceu a realização desta Assembleia Municipal na freguesia de Alvares, nomeadamente ao público presente. Continuou, tecendo algumas considerações relativamente à problemática da extinção de freguesias, nomeadamente às medidas que irão ser tomadas em relação ao concelho de Góis. De seguida, apresentou algumas obras iniciadas em Alvares sem que estas ainda tivessem sido devidamente concluídas nomeadamente a zona industrial, praias fluvial de ribeira do Sinhel, estradas entre outras, questionando o porquê da não conclusão das mesmas. Referiu ainda, que em visita à localidade de Estevianas verificou que há muito trabalho a fazer em termos de limpeza de estradões, questionando o porquê desse trabalho ainda não estar realizado.

Usou da palavra o senhor Joaquim Mateus, residente em Cortes, que em nome da Assembleia de Freguesia de Alvares agradeceu por esta Assembleia Municipal estar a ser realizada na freguesia de Alvares. Prevalendo-se da oportunidade para de igual modo agradecer ao senhor deputado Jaime Garcia pela excelente memória descritiva que fez sobre esta freguesia.

Mais referiu, que recentemente a Comissão de Melhoramentos de Cortes adquiriu um terreno com um intuito de ali ser construído um parque de lazer e de multiusos, agradecendo à Câmara Municipal a disponibilidade que teve em todo este processo, é uma questão que desejou salientar, uma vez que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

considera que as críticas ao exercício do Executivo não devem ser da sua maioria negativas, provavelmente por falta de conhecimento sobre algumas matérias. Enalteceu o trabalho até então realizado pelo atual Executivo, referindo que este deu continuidade ao trabalho do Executivo anterior nas grandes obras que estavam projectadas para o concelho e só com o término destas é que se poderão avançar para novas obras de igual modo importantes e estruturantes para todo o concelho.

Usou da palavra o senhor Jaime Barata, residente em Carrasqueira, que após saudar os presentes alertou para a necessidade de limpeza de estradas nesta localidade, bem como, para a reparação/beneficiação das vias que a servem, realçando o facto de a rede de iluminação pública ser insuficiente.

Usou da palavra João Reis Antão, residente em Cortes, iniciando o seu discurso agradecendo por esta Assembleia Municipal se realizar em Alvares, bem como, pela presença do público. Continuou, apelando à visita de uma página no Facebook dedicada à freguesia de Alvares, enaltecendo e apresentando algum trabalho a nível do associativismo que tem sido realizado na freguesia de Alvares e o sucesso do mesmo junto da população.

Seguidamente, expressou a sua opinião relativamente à política de custos que o Governo pretende levar a efeito com a redução de freguesias. Por último, alertou para o facto da falta de resposta que existe na freguesia relativamente à questão de fixação de população, terminando a sua intervenção mencionando o seu desejo em ter um animador sócio-cultural para dinamização de atividades lúdico pedagógicas na freguesia de Alvares, terminando sugerindo que a Câmara Municipal crie um roteiro turístico para a freguesia de Alvares.

Usou da palavra o senhor João Filipe Antunes, residente em Cortes, que apresentou a sua opinião relativamente às burocracias necessárias para realização de algumas obras, nomeadamente a apresentação de projeto, tendo para o efeito apresentado algumas situações de conflito com os fiscais municipais, que na sua opinião eram escusadas se o processo fosse tratado de forma menos burocrática. Referiu ainda, que quando a Câmara Municipal fez obras de beneficiação de alguns arruamentos em Cortes, deveria a mesma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

empreitada contemplar o alcatroamento e como é evidente o saneamento básico, uma vez que se evitaria disponibilizar novas verbas para esse efeito.

Usou da palavra o senhor Diamantino Neves, residente em Amioso, referiu que nesta localidade não se tem agravado a situação de desertificação, muito pelo contrário, tem havido uma maior procura de fixação de residência. Alertou para o facto da existência de duas habitações em avançado estado de degradação que estão a por em risco a circulação de pessoas e bens, tendo solicitado que a Câmara Municipal tome as devidas providências junto dos proprietários e ser for caso que inicie um processo de expropriação das mesmas.

Usou da palavra o senhor Tiago Barata, oriundo de Chã de Alvares, que alertou que a freguesia de Alvares não contempla somente a localidade de Cortes, mas sim uma vasta área, pelo que a Câmara Municipal deve equitativamente contemplar obras em toda a freguesia, contudo é do seu conhecimento a existência de obras que carecem de prioridade.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente da Câmara.

A senhora Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção dirigindo algumas palavras às questões do senhor Silvino Simões em termos de investimento feito na freguesia de Alvares, informando ainda, que há muito que o Pólo Industrial de Cortes está concluído, estando em curso o processo de ampliação, caso haja disponibilidade de venda por parte dos proprietários dos terrenos adjacentes. Relativamente às prioridades da Câmara Municipal para a freguesia de Alvares, referiu que foi feito um levantamento das prioridades para cada freguesia, juntamente com os presidentes das respetivas freguesias, tendo sido feito o que se estabeleceu primeiramente como prioridades. Relativamente à limpeza de estradões em Estevianas explicou, mais uma vez do levantamento que foi realizado no sentido de se elaborar um plano para se proceder à limpeza de estradas florestais em cada freguesia. Contudo, referiu, que a Câmara Municipal tem que se cingir à disponibilidade de maquinaria para limpeza de estradões, uma vez que os equipamentos são repartidos por um período de tempo pelos Municípios que integram a ADESA.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Relativamente à questão apresentada pelo senhor Jaime Barata, referiu que há um mês atrás quando visitou com uma comitiva aquela localidade estranhou não ter sido interpolada com qualquer tipo de questão, ora aqui apresentada, referindo que a Câmara Municipal irá envidar esforços para que as questões apresentadas sejam em tempo útil devidamente tratadas.

Quanta às palavras mencionadas pelo senhor Joaquim Mateus referiu, que ainda bem que às vezes ao longe se vê melhor do que ao perto.

Quanto às questões apresentadas pelo senhor João Reis Antão, referiu que a preocupação em termos de fixação de residentes na freguesia de Alvares também é uma preocupação da Câmara Municipal, no entanto o Município não se poderá substituir aos investidores do sector imobiliário, poderá sim, conjuntamente contribuir para o encontro de algumas soluções. Quanto ao estágio do Animador Sócio Cultural referiu que é uma questão que se vem arrastando no tempo, mas que a Câmara Municipal declina qualquer responsabilidade, estando disponível para colaborar para que a colocação de um animador na freguesia seja uma realidade.

Quanto à questão do senhor João Filipe Antunes informou que a Câmara Municipal tem um Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, onde estão consagradas quais as obras que necessitam/ou não de Projetos, pelo que informou que o munícipe que deve procurar saber informações através deste documento sobre os procedimentos que deve efetuar em relação a qualquer tipo de obra.

No que concerne aos imóveis em estado avançado de degradação em Amioso Fundeiro, referiu o Município irá tomar as devidas diligências junto dos proprietários, tentando desta forma resolver a questão, e não por via da expropriação. Quanto à preocupação do senhor Tiago Barata referiu que a Câmara Municipal nos investimentos que realiza na freguesia de Alvares e em todas as freguesias do concelho é totalmente imparcial e jamais fará obras através de meros pedidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia declarada encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas, da qual para constar se lavrou a presente acta que irá ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário, _____

O Segundo Secretário, _____